

1 **COMITÊ GESTOR DA SECRETARIA GERAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E**
2 **EQUIDADE**

3 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

4 **Data e local:** 30/05/2016 – 14h – Sala de Reuniões da Secretaria Geral de Ações Afirmativas,
5 Diversidade e Equidade

6 **Presidência:** Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira

7 **Membros presentes:** Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira, Profa. Dra. Viviane Melo de
8 Mendonça; Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro; Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando; Sra. Eliana
9 Marques Ribeiro Cruz (ProGrad); Sra. Tatiana Bianchini Pinheiro (ProACE) e Sr. Ricardo Donizete
10 Lourenço (ProGPe).

11 Convidados: Sr. Djalma Ribeiro Junior e Sr. Sandro Francischini.

12 Prof. Dr. Jorge Mattar Villela (ProPG) justificou a ausência.

13 **1. Expediente**

14 **1.1 Comunicações da Presidência:**

15 **Posse.** A Presidente deu posse e boas-vindas para a Sra. Tatiana Bianchini Pinheiro,
16 representante da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) e boas vindas aos
17 membros do Comitê Gestor.

18 Foi realizada uma rodada de apresentações para que as pessoas pudessem se conhecer e
19 fizessem ser conhecidas as pró-reitorias representadas na reunião.

20 **Comissão Intercampi:** A Profa. Dra Maria Waldenez de Oliveira apontou que a Comissão
21 Intercampi, cuja aprovação havia sido realizada na última reunião do Comitê Gestor (ocorrida no
22 dia 28 de abril de 2016), estava, praticamente, constituída com os nomes dos representantes de
23 cada campi indicados. Com a aprovação do regimento interno será encaminhado os nomes para
24 que a reitoria possa dar posse.

25 **Decreto 8727 de 28 de abril de 2016:** A Profa. Dra Maria Waldenez de Oliveira comunicou que no
26 dia 28 de abril de 2016 a presidenta Dilma Roussef assinou o decreto 8727 que dispõe sobre o uso
27 do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no
28 âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A Profa. Dra. Maria
29 Waldenez de Oliveira disse que ligou para a Secretaria Especial de Direitos Humanos e conversou
30 com a Sra. Janaína Barbosa Oliveira, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência
31 da República, colocando algumas dúvidas sobre o decreto considerando as normativas internas da
32 UFSCar e que a UFSCar possui a Resolução ConsUni nº 780, de 29 de agosto de 2014 que dispõe
33 sobre o uso de nome social de travestis e transexuais nos registros funcionais e nos registros
34 acadêmicos no âmbito da UFSCar. A conversa com a Sra. Janaína teve o objetivo de compreender
35 que uma das interpretações do decreto parecia retrocesso em relação à Resolução no. 12 de 16 de
36 janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de
37 Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, sobretudo ao que garantia a utilização do
38 nome social em documentos oficiais sem a necessidade do acompanhamento do nome civil.
39 Durante o contato telefônico, a Sra. Janaína comunicou que havia sido ela que assinava a
40 Resolução no. 12 de 16 de janeiro de 2015 e que não queria que o decreto 8727 se configurasse
41 como retrocesso nas políticas universitárias que estavam concretizando o uso de nome social nos
42 ambientes funcionais e acadêmicos. A solução encaminhada pela Sra. Janaína foi a de redigir uma
43 nota técnica a ser incorporada ao decreto, evitando interpretações de retrocessos na garantia do
44 direito de uso do nome social por parte das pessoas transgêneros e travestis nas universidades. A

45 Profa. Dra Maria Waldenez de Oliveira relatou que a SAADE está articulando junto com estudantes
46 transgêneros e com a Procuradoria Federal da UFSCar uma atualização da Resolução ConsUni
47 no. 780 a fim de adequar os procedimentos internos da UFSCar para a garantia do uso do nome
48 social por parte dos servidores e estudantes da UFSCar. A SAADE está fazendo um trabalho junto
49 às pró-reitorias e às secretarias gerais no intuito de fazer o levantamento de documentos
50 expedidos por estes setores que possuam caráter interno e externo, a fim de normatizar o uso na
51 UFSCar nos diversos setores e o fluxo de requisição de nome social e a fim de atualizar a
52 Resolução ConSuni. Foi destacado que ainda que seria feita uma reunião também com a equipe
53 do Hospital Escola para pautar este tema.

54 **Portaria Normativa no. 13, de 11 de maio de 2016:** A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira
55 comunicou que o Ministério da Educação publicou a Portaria Normativa no. 13 a qual dispõe sobre
56 a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e solicitou a inclusão deste tema na pauta da
57 Reunião do Comitê Gestor. Por unanimidade foi aprovada a inclusão deste tópico na pauta da
58 Reunião.

59 **Parecer de acessibilidade para a Comissão para Pesquisa Eleitoral:** A Profa. Dra. Maria
60 Waldenez de Oliveira comunicou que a SAADE, por meio de sua Coordenadoria de Inclusão e
61 Direitos Humanos, em parceria com o Projeto Incluir elaborou um parecer para a Comissão para
62 Pesquisa Eleitoral que está coordenando os trabalhos para o processo de sucessão da Reitoria da
63 UFSCar. O parecer teve o objetivo de orientar a Comissão para garantir a participação equitativa,
64 autônoma e com segurança das pessoas com deficiência no processo eleitoral. Foi indicada a
65 necessidade de listas de presença com acessibilidade: fonte maior, braile e cuidados para a
66 garantia de acessibilidade em casos de mobilidade reduzida. Também foi pontuado que a SAADE
67 orientou a Comissão para Pesquisa Eleitoral no intuito de garantir o uso do nome social no
68 processo eleitoral. Para que os direitos sejam garantidos, foi indicada a necessidade de
69 treinamento para os mesários, fiscais e demais funções envolvidas no processo eleitoral a fim de
70 atender aos pareceres sobre acessibilidade e nome social. Ainda em relação ao uso do nome
71 social, a Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira apontou que foi solicitado à Secretaria Geral de
72 Informática (SIn) para que passasse à SAADE os e-mails dos/as estudantes e servidores que
73 portem documento com nome social para que garanta a votação com o uso do nome social,
74 mediante a apresentação deste documento que é a carteirinha de estudante ou a carteira funcional.
75 Caso tenha alguma dúvida em relação aos procedimentos de uso de nome social, a SAADE
76 procurará a Comissão para Pesquisa Eleitoral para que não impeça a pessoa de votar por alguma
77 falha na comunicação.

78 **Mostra de Cinema e Direitos Humanos:** A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira destacou que
79 a SAADE realizou a Mostra de Cinema e Direitos Humanos em parceria com o CineUFSCar entre
80 os dias 23 e 25 de maio com recursos de acessibilidade para o público cego, surdo e cadeirante.
81 Na segunda-feira, dia 23, a programação da Mostra coincidiu com a Assembleia dos estudantes da
82 UFSCar. Este fato fez com que a sessão ficasse esvaziada e, em diálogo com a equipe do
83 CineUFSCar, foi planejada outra data para a exibição do filme previsto. Também destacou a
84 participação de estudantes do ensino médio em uma das sessões o que acarretou em uma
85 reflexão sobre como incluir o público externo nos debates organizados pela SAADE, uma vez que
86 os estudantes do ensino médio assistiram aos filmes da sessão mas se retiraram no início dos
87 debates ocorridos após as exibições. A sessão ocorrida na terça-feira a tarde, dia 24, foi entendida
88 como sendo parte da programação de mobilização dos estudantes paralisados. Foi informado que
89 o acervo da Mostra ficou com a SAADE e que se pretende realizar a exibição dos filmes nos outros
90 *campi*.

91 **Processo de construção da Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade:** A Profa.
92 Dra. Maria Waldenez de Oliveira pediu para que o Sr. Djalma Ribeiro Junior apresentasse o

93 andamento do processo. O Sr. Djalma Ribeiro Junior destacou que havia comissões abertas nos 4
94 *campi* que estavam organizando seminários temáticos sobre “Inclusão e Direitos Humanos”, sobre ,
95 “Diversidade e Gênero” e sobre “Relações Étnico-Raciais”, conforme a metodologia e o
96 cronograma apresentados na última Reunião do Comitê Gestor. O Sr. Djalma Ribeiro Junior relatou
97 que o Seminário de Inclusão e Direitos Humanos, ocorrido em 17 de maio de 2016 apontou
98 recomendações práticas e conceituais para a política. O Sr. Sandro Francischini complementou
99 indicando que o debate do dia 17 de maio foi muito importante para trocas de experiências e
100 perspectivas. O Sr. Djalma Ribeiro Junior também destacou que estavam previstas as datas dos
101 próximos seminários temáticos nos campi de São Carlos e Sorocaba, cuja agenda poderia ser
102 acessada por meio do blog da SAADE – blog.saade.ufscar.br. As datas, horários e locais dos
103 Seminários em São Carlos e Sorocaba também estão sendo amplamente divulgados pelo inforede,
104 pelo informativo da reitoria e pelo site da UFSCar. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira
105 salientou a importância da participação dos membros do Comitê Gestor para que tragam
106 recomendações durante o processo. Lembrou, ainda, que a política se pautaria por princípios
107 gerais e metas e que se buscaria garantir, de alguma maneira, que demandas específicas e
108 pontuais sejam também explicitadas, não no texto da Política, em vista que são princípios e
109 diretrizes mais gerais para a UFSCar, e que talvez uma solução seria um anexo com os
110 detalhamentos.

111 **1.2 Comunicações dos Membros:**

112 **Sra. Eliana Marques Ribeiro Cruz, representante da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad):**
113 Informou que no dia 1º de junho, às 10h, no Auditório do Departamento de Sociologia, haverá uma
114 palestra com o Prof. Renato Ortiz, organizada pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia em
115 conjunto como Departamento de Sociologia, intitulada de “Universalismo e Diversidade”. Destacou
116 que esta palestra faria parte de um conjunto de debates que estão ocorrendo na universidade,
117 motivado pelo momento político pelo qual o Brasil vem passando. Recomendou a importância de
118 participar deste debate, por compreender ser importante para a SAADE desta temática no sentido
119 de conciliar uma pauta universal e pautas específicas de cada grupo.

120 **Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça, coordenadora da Coordenadoria de Diversidade e**
121 **Gênero da SAADE:** Informou que acontecerá em Sorocaba o II Simpósio de Estudos de Gênero e
122 Diversidade Sexual e VI Semana do Orgulho LGBT da UFSCar com o tema “Memórias, Culturas e
123 Resistências” entre os dias 1 e 3 de junho. Destacou que a programação pretende mobilizar o
124 debate sobre as memórias sociais e políticas de movimentos sociais, culturais e artísticos, dos
125 ativismos e militâncias, que tenham como base os feminismos, gênero e a diversidade sexual,
126 analisados com os demais marcadores sociais das diferenças, tais como classe, raça/etnia,
127 sexualidade e idade. Indicou que mais informações podem ser acessadas no site do evento:
128 <https://simposioegds.wordpress.com/>

129 **Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando, coordenadora da Coordenadoria de Inclusão e Direitos**
130 **Humanos da SAADE.** Informou que participará, no dia 1º de junho, de encontro para debater os
131 desafios para a garantia de uma política de acessibilidade no ensino superior, realizada em
132 parceria com a Unesp de Marília. O encontro será composto por apresentações de pesquisas e
133 serão mencionadas as experiências da Biblioteca Comunitária e da SAADE, no âmbito da UFSCar.
134 O encontro acontecerá no Auditório do curso de Educação Especial nos períodos da manhã e
135 tarde.

136 **2. Ordem do Dia**

137 **2.1. Aprovação da ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor da Secretaria Geral de Ações**
138 **Afirmativas, Diversidade e Equidade.**

139 A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira fez destaques em relação à erros de grafia nas linhas 25,
140 65, 83, 102, 135 e 178 que foram corrigidos. Também solicitou esclarecimentos sobre os
141 encaminhamentos adotados para responder ao Ministério Público, o qual havia determinado o
142 prazo de 30 dias para que a UFSCar se manifestasse sobre o processo gerado contra o projeto
143 intitulado “Equidade no acesso de população sub-representadas a cursos de Mestrado” realizado
144 pela UFSCar com apoio da Fundação Ford e que foi registrado na ata da 1ª. Reunião do Comitê
145 Gestor da SAADE entre as linhas 168 e 186. A Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro alertou que a
146 Pró-reitoria de Pós-graduação estava elaborando uma resposta. A Profa. Dra. Maria Waldenez de
147 Oliveira apontou que nas linhas 240 e 241 informava que foi aprovada a criação da Comissão
148 *Intercampi* para a colaboração nas ações e gestão da SAADE, mas que não se fazia menção em
149 relação à composição desta Comissão. O Sr. Djalma Ribeiro Junior disse que foi dito na reunião
150 qual seria a composição e que seria registrado na ata que recebeu a seguinte redação: a comissão
151 *intercampi* será composta pelo Secretário Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade;
152 Coordenador da Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (CoRE); 01 (um) representante de
153 cada *campus* e respectivos suplentes indicados pela Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais;
154 Coordenador da Coordenadoria de Diversidade e Gênero (CoDG); 01 (um) representante de cada
155 *campus* e respectivos suplentes indicados pela Coordenadoria de Diversidade e Gênero;
156 Coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Direitos Humanos (CoIDH); 01 (um) representante
157 de cada *campus* e respectivos suplentes indicados pela Coordenadoria de Inclusão e Direitos
158 Humanos. Os representantes de cada *campus* serão indicados entre servidores docentes e
159 técnico-administrativos de nível superior e entre discentes de pós-graduação de nível doutorado.
160 Os representantes serão indicados pelas respectivas Coordenadorias, endossados pelo Secretário
161 Geral e nomeados por portaria do Gabinete do Reitor.

162 **2.2.** Apreciação do Regimento da Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da
163 UFSCar.

164 O Sr. Sandro Francischini, secretário executivo da SAADE, relatou que buscou modelos de
165 regimentos internos de outras Secretarias. Disse que entrou em contato com a Sra. Érica,
166 Secretária da Secretaria da Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS)
167 da UFSCar que enviou o regimento interno da SGAS para servir de modelo para a construção do
168 regimento da SAADE. A partir deste modelo e da Resolução CoAd nº 076, de 12 de junho de 2015
169 que dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade
170 e Equidade, o Sr. Sandro Francischini e o Sr. Djalma Ribeiro Junior realizaram a redação do
171 regimento da SAADE, adequando ao escopo de atuação da SAADE. O Sr. Djalma Ribeiro Junior
172 apontou que a Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais (SPDI) da
173 UFSCar enviou sugestões sobre a redação da seção VIII que discorre sobre a comissão *intercampi*
174 de ações afirmativas, diversidade e equidade da SAADE, além de uma sugestão de organograma
175 estrutural da SAADE; sugestões estas que foram incorporadas na redação final do regimento.
176 Também destacou a importância de enviar o regimento para a apreciação da Procuradoria Federal
177 da UFSCar.

178 A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira questionou que o item E, do artigo 3º “Elaborar, em
179 conjunto com os demais departamentos, unidades e setores administrativos da UFSCar, uma
180 articulação nas questões de ações afirmativas no que se refere a promoção de ações afirmativas,
181 diversidade e equidade com vista a definir objetivos e metas e avaliar continuamente sua
182 performance” deixava em dúvida de quem seria a performance. O Sr. Sandro Francischini indicou
183 que a performance se referia a da articulação, com indicações de resultados alcançados, metas
184 atingidas, como foi executado. No seu entendimento, a performance passa pelo processo todo que
185 envolve a articulação. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira propôs e foi aceita a seguinte
186 redação para este item: “Elaborar, em conjunto com os demais departamentos, unidades e setores
187 administrativos da UFSCar, uma articulação no que se refere a promoção de ações afirmativas,

188 diversidade e equidade com vista a definir objetivos e metas e avaliar continuamente a execução
189 da articulação e dos resultados alcançados”.

190 A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira solicitou maior compreensão em relação ao item G do
191 parágrafo 3o. “Colaborar com os setores da Universidade na obtenção dos recursos adequados
192 necessários ao desenvolvimento das metas relacionadas às questões de Ações Afirmativas,
193 Diversidade e Equidade”. No seu entendimento falta destacar como se daria a relação com os
194 setores externos no que toca a busca de apoio financeiro e como ficaria o planejamento financeiro
195 em relação a possíveis apoios à grupos ou à membros da UFSCar. A Sra. Eliana Marques Ribeiro
196 Cruz chamou a atenção que isto era um ponto importante de ser transparente já que haverá
197 momentos que vários grupos demandarão ajuda financeira da SAADE. Sua preocupação era saber
198 como se daria esta resposta no plano prático. Questionou se a SAADE teria recursos próprios para
199 efetivar estas demandas financeiras. A Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro destacou que os
200 recursos financeiros não seriam da SAADE, mas que a SAADE poderia articular com outros
201 setores a fim de angariar eventuais apoios financeiros que pudessem ser demandados. Concluiu
202 que não é excludente existir recursos próprios da SAADE e, ao mesmo tempo, a SAADE articular o
203 levantamento de recursos com outros setores da UFSCar. A Profa. Dra. Maria Waldenez de
204 Oliveira destaca que não há um item específico que normatiza os recursos próprios da SAADE. A
205 Sra. Eliana Marques Ribeiro Cruz ressalta que seria importante garantir esta normatização no
206 regimento, a fim de garantir um recurso próprio para a SAADE, indicando como será alocado e
207 como será gasto. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira pergunta se seria importante que a
208 aprovação da utilização do recurso da SAADE fosse decidida no âmbito do Comitê Gestor. A Sra.
209 Eliana Marques Ribeiro Cruz informa que no âmbito da ProGrad, cada setor interno tem uma
210 dotação orçamentária, mas a ProGrad tem uma dotação geral. O Sr. Ricardo Donizete Lourenço
211 avalia que, administrativamente, é mais interessante a SAADE possuir uma dotação orçamentária
212 geral e que a, anualmente, este orçamento, possa ser alocado conforme as prioridades da gestão.
213 A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira complementa apontando que a SAADE apresentaria ao
214 CoAADE a planilha de gastos e de como ele estará distribuído nas ações e setores da SAADE. O
215 Sr. Sandro Francischini reitera que o Comitê Gestor é quem fará o acompanhamento da execução
216 financeira da SAADE. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira destaca, então, a importância de
217 incluir no regimento da SAADE um item que aponte que o Comitê Gestor fará o acompanhamento
218 da gestão orçamentária, incluindo, talvez, o plano de trabalho anual da SAADE.

219 A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira faz outro destaque no item M do artigo 3º “mediar os
220 diferentes interesses existentes na comunidade acadêmica e externa no que se refere ao tema das
221 Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade”. Questiona o que seriam os “diferentes interesses”. A
222 Sra. Eliana Marques Ribeiro Cruz questiona, também, como se daria a mediação com os órgãos
223 externos. O Sr. Ricardo Donizete Lourenço sugere que a SAADE receba e analise e não faça a
224 mediação dos “diferentes interesses”. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira sugere que a
225 SAADE faça intermediações com setores externos sobre Ações Afirmativas que tenham relações
226 com as ações internas na UFSCar. O Sr. Sandro Francischini concorda com a proposta. O Sr.
227 Djalma Ribeiro Junior destaca que o regimento da SAADE partiu do modelo da SGAS e que há
228 uma situação que envolve a política de meio-ambiente dentro da UFSCar que está a mercê da
229 legislação do município e que este item pode ter sido redigido pela SGAS a fim de se precaver em
230 um possível embate entre universidade e município em relação às legislações ambientais. O Sr.
231 Sandro Francischini exemplifica uma situação em que a SAADE pudesse fazer a intermediação
232 com órgãos externos e cita a problemática dos ônibus do município de São Carlos que não
233 atendem as normativas de acessibilidade, por exemplo. O Sr. Ricardo Donizete Lourenço aponta
234 que intermediar com o município o tema do transporte é uma função importante. A Sra. Eliana
235 Marques Ribeiro Cruz traz uma dúvida em relação à estrutura e as nomeações dos representantes
236 de cada campus que farão parte da comissão *intercampi*. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira
237 destaca que este item está contemplado no regimento interno na seção VIII. Também destaca que

238 a SAADE fez uma consulta à SPDI para buscar mecanismos que possibilite um fortalecimento
239 institucional de setores como o Projeto Incluir, que trabalha com a questão da acessibilidade; o
240 Centro Cultural Indígena; o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros. A Sra. Eliana Marques Ribeiro Cruz
241 sugere a figura das câmaras assessoras nos quais os setores citados pudessem colaborar com os
242 trabalhos da SAADE. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira reforça que a SPDI dará um retorno
243 em relação ao fortalecimento institucional dos setores, buscando que estes setores possuam
244 estruturas autônomas e que se articulem com a SAADE. Em relação ao NEAB, a Profa. Dra.
245 Rosana Batista Monteiro aponta que o núcleo está situado no prédio do CECH, mas não possui
246 uma vinculação formal com o CECH e que ainda está passando por um processo de debate sobre
247 tal vinculação ou não e que defende que o NEAB esteja vinculado à UFSCar. A Profa. Dra. Maria
248 Waldenez de Oliveira destaca que o Projeto Incluir possui uma experiência de articulação com os
249 outros setores da UFSCar. A Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando aponta o caráter de mediação do
250 Projeto Incluir. A Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro, retoma a ideia da Sra. Eliana Marques
251 Ribeiro Cruz e aponta como possibilidade de fortalecimento institucional do Incluir, do NEAB e do
252 CCI como sendo câmaras assessoras vinculadas à cada coordenadoria, por exemplo. A Profa. Dra.
253 Maria Waldenez de Oliveira aponta a importância de que sejam estabelecidos critérios para que um
254 setor, um grupo se torne uma câmara assessora, por exemplo. Salienta que falta ainda uma
255 política institucional mais precisa e que seja transparente para todas as pessoas. Informou que o
256 CCI, por exemplo, é um grupo informal dentro da estrutura da UFSCar e que não conseguem
257 pleitear recursos financeiros. Conclui que é importante o estabelecimento dos critérios para se
258 vincular ou não um grupo. A Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro lembra que há grupos que não
259 possuem interesse em estabelecer um vínculo institucional. A Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando
260 aponta que há desconfortos em relação ao nome da coordenadoria Inclusão e Direitos Humanos,
261 salientando que esta coordenadoria, segundo a resolução que cria a SAADE, está com o foco na
262 acessibilidade e que o termo Direitos Humanos é muito mais amplo. A Profa. Dra. Rosana Batista
263 Monteiro complementa que no campus de Sorocaba já houve solicitações para que se mudasse a
264 nomenclatura desta coordenadoria. A Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça exemplifica que o
265 debate sobre os direitos das comunidades quilombolas não está contemplado na coordenadoria de
266 Inclusão e Direitos Humanos. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira compartilha que, em
267 contato telefônico com membros da equipe da SECADI, foi destacado, também, que a
268 coordenadoria de Inclusão e Direitos Humanos seria a coordenadoria que teria mais trabalho, pois
269 havia a compreensão que o recorte de renda estaria nesta coordenadoria. A Profa. Dra. Rosana
270 Batista Monteiro aponta que a nomenclatura Inclusão e Direitos Humanos permite uma
271 interpretação de que ela perpassa todas as outras coordenadorias. A Profa. Dra. Rosimeire Maria
272 Orlando argumenta sobre a importância de deixar a nomenclatura mais próxima do que de fato
273 será feito na coordenadoria. Questiona se o termo Direitos Humanos não poderia estar na
274 nomenclatura da SAADE ou se, de fato, esta coordenadoria se restringiria a trabalhar as questões
275 relacionadas às pessoas com deficiências. A Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça questiona
276 onde ficariam as questões relacionadas aos refugiados, por exemplo. O Sr. Sandro Francischini
277 complementa que o termo Direitos Humanos permite uma compreensão de ações nas áreas de
278 políticas para adolescentes, pessoas idosas. A Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça questiona
279 onde ficaria o acolhimento das demandas destes outros grupos na estrutura da SAADE. A Sra.
280 Eliana Marques Ribeiro Cruz aponta que quanto mais se especificar os grupos mais se corre o
281 risco de ter “caixinhas” e que há diferentes marcadores de diferenças que se dialogam. Conclui que
282 quanto mais se especificar, mais se corre o risco de não compreender as diferenças de formas
283 mais complexas e conjunturais. A Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando destaca que uma
284 coordenadoria sempre está se comunicando com a outra. A Sra. Eliana Marques Ribeiro Cruz
285 reforça que a SAADE tem a função de prosseguir e ampliar as políticas de ações afirmativas na
286 UFSCar. Destaca que o conceito de ações afirmativas inclui a diversidade e a equidade.
287 Argumenta que é preciso cuidado para que o conceito de direitos humanos esteja em sintonia com
288 os conceitos de diversidade e de ações afirmativas. Por este motivo, destaca que inserir o termo

289 Direitos Humanos na nomenclatura da SAADE poderia tirar o foco do trabalho nas diversidades.
290 Aponta o caso da Secretaria de Direitos Humanos, no âmbito nacional, que incluiu em seu escopo
291 de atuação as especificidades de outros setores e que isto enfraquece o enfoque mais na
292 diversidade. A Sra. Tatiana Bianchini Pinheiro questiona se a dúvida é se o termo direitos humanos
293 sai do nome da coordenadoria ou entra no escopo da secretaria. A Profa. Dra. Maria Waldenez de
294 oliveira apresenta que há demandas que chegam à SAADE e que, realmente, possuem interfaces
295 com a SAADE. Aponta que colocar o termo Direitos Humanos na nomenclatura da SAADE pode
296 gerar mais expectativas do que os objetivos que a SAADE possui. A Profa. Dra. Rosimeire Maria
297 Orlando sugere definir qual é o público que a SAADE vai atender e consegue atender. Aponta que
298 o Incluir é um programa da UFSCar de acessibilidade para estudantes com deficiência. Destaca
299 que há um público com dislexia que busca o Incluir mas que este não é o público alvo do Incluir,
300 mas que busca alternativas para acolher este público que não possui onde recorrer no âmbito da
301 UFSCar. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira argumenta que é importante pensar marcadores
302 de diferenças que levam as ações de inequidades na UFSCar. Reforça que pensar nos grupos
303 ajuda a pensar nas ações e se pergunta se o recorte de renda entraria na SAADE ou na ProACE. A
304 Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro argumenta que é quase automático associar relações étnico-
305 raciais com negros e indígenas. A Sra. Eliana Marques Ribeiro Cruz argumenta que quem procura
306 a SAADE está procurando a solução para algum problema e que é importante não perder isto de
307 vista. A Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando reforça que é importante não criar expectativas que
308 não poderão ser atendidas. A Sra. Eliana Marques Ribeiro Cruz conclui que o Programa de Ações
309 Afirmativas primava pelo ingresso e que a SAADE prima pela permanência. A Sra. Tatiana
310 Bianchini Pinheiro argumenta que na ProACE há um caso de estudante com esquizofrenia e
311 questiona qual o setor da UFSCar atenderia este estudante. O Sr. Djalma Ribeiro Junior propõe um
312 parecer identificando demandas que não estão sendo atendidas e que se volte a pauta para
313 seguirmos com a apreciação do regimento que foi elaborado de acordo com a resolução da CoAd
314 que criou a SAADE. Sugere que este parecer seja enviado para o CoAADE com possíveis
315 modificações na estrutura da própria SAADE. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira sugere
316 explicitar no regimento que o mandato dos membros do CoAADE, referentes às pró-reitorias
317 coincidirá com os cargos das respectivas pro-reitorias. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira
318 sugere a seguinte redação para o item V do artigo 8º: “Colaborar com a implementação de outros
319 projetos e políticas da UFSCar que possuem relações com as Ações Afirmativas, Diversidade e
320 Equidade”. Sugere detalhar os mandatos dos membros do Comitê Gestor, conforme o apontado no
321 CoAADE. Sugere a seguinte redação para o item 7 do artigo 15º: “Colaborar com a articulação das
322 atividades relacionadas às Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade entre os setores da UFSCar
323 e ou externos à UFSCar, quando necessário”. Propõe a seguinte redação para os itens II e III do
324 artigo 19º: “II. Articular ações e propor encaminhamentos contribuindo com as questões Étnico-
325 Raciais demandadas; III. Promover campanhas que visam esclarecer dúvidas que possam levar a
326 discriminação e ao preconceito”. Propõe que esta redação se adeque também em relação à
327 descrição das demais coordenadorias. Destaca que, em relação ao tema da Comissão Intercampi,
328 a redação foi elaborada junto à SPDI para ser incorporada ao regimento. A Profa. Dra. Rosana
329 Batista Monteiro sugere a seguinte redação para o item III do artigo 27º: “Apresentar, por meio de
330 relatórios e outros instrumentos, as especificidades e as características de cada *campus*”. Propõe a
331 seguinte redação para o item IV do artigo 27º: “Participar e colaborar com campanhas de
332 conscientização e esclarecimento contra a discriminação e o preconceito”. A Profa. Dra. Maria
333 Waldenez de Oliveira sugere substituir o termo “conselho consultivo” por CoAADE na redação do
334 regimento. A Profa. Dra. Viviane: Melo de Mendonça critica que a linguagem está sexista e sugere
335 buscar mecanismos para corrigir isto. O Sr. Djalma Ribeiro Junior aponta que todas as sugestões
336 de alterações e correções foram acatadas. Destaca que o próximo passo será encaminhar o
337 regimento para a apreciação da Procuradoria Federal da UFSCar. O regimento foi aprovado com
338 as alterações elencadas. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira solicita que conste o

339 agradecimento aos Srs. Djalma Ribeiro Junior e Sandro Francischini pela redação da minuta do
340 regimento da SAADE.

341 **2.3.** Portaria Normativa no. 13, de 11 de maio de 2016 do Ministério da Educação que dispõe sobre
342 a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação.

343 Os membros do Comitê Gestor avaliaram que não haveria tempo hábil para um debate. A Profa.
344 Dra. Maria Waldenez de Oliveira sugeriu encaminhar o que foi e o que vem sendo debatido sobre a
345 portaria. Informou que conversou com as Profas. Dras. Rosimeire Maria Orlando e Rosana Batista
346 Monteiro e que será elaborado um documento assessor para a ProPG e para a ProACE, sugerindo
347 pensar a política de ações afirmativas na pós-graduação de forma conjunta. Comunicou que a
348 SAADE fez uma reunião com estudantes indígenas e que estes estão se organizando para
349 apresentar uma proposta para o PPGE. A Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando apontou que
350 indicou dois estudantes com deficiência para participar do debate sobre ações afirmativas na pós-
351 graduação para pessoas com deficiências. Destacou que informou ao PPGEs para que os
352 estudantes fiquem atentos ao debate e busquem articulação junto a SAADE. A Profa. Dra. Maria
353 Waldenez de Oliveira retomou que o documento assessor tem como objetivo destacar as ações
354 afirmativas que a UFSCar vem adotando no decorrer da história. Sugeriu que se o comitê gestor
355 entender que este documento precisa ser debatido com profundidade, que seria interessante uma
356 reunião extraordinária. Continuou elencando que o documento traz dados nacionais e experiências
357 no Brasil sobre ações afirmativas na pós-graduação. Comunicou que há universidades federais e
358 estaduais que tem experiências. Pontuou que no Estado do Rio de Janeiro possui uma lei, desde
359 2014, que normatiza as ações afirmativas na pós-graduação. Disse que entrou em contato com
360 docentes da UERJ para que indiquem como este processo está se dando. Salientou a importância
361 de a SAADE indicar a necessidade de se fazer ampla discussão sobre este tema na UFSCar. A
362 Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro destacou a importância em estruturar o documento a fim de
363 garantir uma discussão que, pontualmente, começa a ganhar força em 2015. Cita alguns
364 programas de pós-graduação que já possuem política de ações afirmativas. Também argumenta
365 que a ANPEd e a ABRASCO podem contribuir com o levantamento. Apontou que a UFSCar já vem
366 se posicionando e que há como fiscalizar e há onde buscar apoio para os programas para
367 fortalecer a proposta da UFSCar. Disse que há experiências que estão em funcionamento na UFG.
368 Talvez o documento tenha que fechar algumas questões e deixar outras abertas para a autonomia
369 de cada programa de pós-graduação. Lembrou, ainda, que a portaria recomenda comissões para
370 fazer o debate nas universidades. A Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando parabenizou os
371 levantamentos trazidos pela Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro e levanta a importância de olhar
372 com cuidado para as demandas das pessoas com deficiência na pós-graduação, levando em
373 consideração o tempo de conclusão, o processo seletivo, as adaptações necessárias. A Profa. Dra.
374 Rosana Batista Monteiro informou que a construção da portaria do MEC foi acompanhada pela
375 formação de uma comissão dentro da CAPES para apoiar este debate no cenário nacional.
376 Lamentou que esta comissão foi destituída após a aprovação da portaria. Indicou que as pessoas
377 que estavam nesta comissão da CAPES estão se mobilizando para colocar em prática a portaria.
378 Posicionou indicando a importância de a SAADE de realizar uma intermediação junto a CAPES
379 sobre a reconstituição desta comissão. A Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira comenta que a
380 pauta acabou se caracterizando como um informe e lamenta não ter dado tempo para um debate
381 sobre o tema. A Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro sugere que o documento seja encaminhado
382 para os membros do Comitê Gestor para acompanhamento.

383 Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença e colaboração dos membros
384 do Comitê Gestor, declarando encerrada a presente reunião, da qual eu, Djalma Ribeiro Junior
385 redigi a presente ata, assinada, a seguir, pelos membros presentes.

386 Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira

- 387 Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça
- 388 Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro
- 389 Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando
- 390 Sr. Djalma Ribeiro Junior
- 391 Sr. Sandro Francischini
- 392 Sra. Eliana Marques Ribeiro Cruz (ProGrad)
- 393 Sra. Tatiana Bianchini Pinheiro (ProACE)
- 394 Sr. Ricardo Donizete Lourenço (ProGPe)